



## **Gêneros jornalísticos no Brasil: o estado da questão<sup>1</sup>**

José MARQUES DE MELO<sup>2</sup>

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

### **RESUMO**

Previsões apocalípticas anunciam a morte do jornalismo e decretam a falência dos gêneros jornalísticos, confundindo e assustando as novas gerações que ingressam na área. A partir das evidências observadas na sociedade brasileira deste início de século XXI, esta comunicação pretende debater as controvérsias que inquietam a comunidade acadêmica a propósito dos gêneros jornalísticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; gêneros jornalísticos; teoria; história; Brasil

### **MORTE ANUNCIADA**

A literatura recente sobre o fenômeno jornalístico tem incorporado obras que trazem inquietação, desalento e incerteza sobre o futuro da profissão.

Enquanto William Hachten (1988) avalia as “turbulências do jornalismo” nos Estados Unidos, mostrando o “que considera correto e o que julga errado na imprensa”, Bechelloni (1995) questiona se no cenário italiano persistem indícios de “jornalismo” naquela acepção política hegemonicamente instituída pela “cultura partidária” ou se já não estaria vigente uma espécie de “pósjornalismo” ancorado na “cultura do cotidiano”. Juremir Machado (2000) descortina claramente “a miséria do jornalismo brasileiro”, reconhecendo que o âmago da questão é representado pela “gangorra” da objetividade”, que “sobe e desce com o tempo”. Se, no “auge da pirâmide invertida”, a “subjetividade era o “monstro a ser capturado”, nos tempos do *new journalism*, “quando não há mais referenciais”, proclamando-se que “tudo é opinião”, não se pode estranhar que o “comitê da objetividade” pretenda controlar a “opinião”.

Este foi, aliás, o maior desafio encontrado por Eugenio Bucci (2009) para implantar uma política de comunicação pública no Brasil. Quando assumiu o cargo de diretor da Radiobras, empresa estatal de informação, Bucci constatou que aquela rede “não informava com a objetividade que ele (o cidadão) merecia e à qual tinha direito”. Observou também: “quando apresentava noticiários no rádio, na televisão ou na internet

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, onde ocupa o cargo de Diretor da Cátedra UNESCO de Comunicação.



não praticava jornalismo” (BUCCI, 2009, p. 22).

Por esta e outras lacunas é que os jovens diplomados encontram resistências para ingresso no mercado de trabalho, desconhecedores que são, em grande maioria, das especificidades do relato jornalístico e de sua aderência a um sistema que os diferencia por gêneros, formatos e tipos, determinados pelos antigos e novíssimos suportes.

Como observou apropriadamente Irene Machado (2001), “os meios se diversificaram e tornaram-se mais complexos; os modos de organização das mensagens se transformaram e, conseqüentemente, novos formatos surgiram”. Por isso mesmo, torna-se evidente a retomada do estudo dos gêneros. Sua pesquisa e sua aprendizagem atendem a uma “necessidade específica: explicitar os modos pelos quais as mensagens se organizam em meio à profusão de códigos, de linguagens e, conseqüentemente, de mídias”.

#### **PERCURSO DIACRÔNICO**

A “profecia” sobre o “fim do jornalismo” só veio causar espanto no final cronológico do “breve século XX” (HOBSBAWN, 1995).

Martinez Albertos (1988) deu o grito de alerta: “a comunicação jornalística, como fenômeno social próprio das sociedades industriais, pode desaparecer totalmente nos próximos 20 ou 30 anos”. Seu argumento ancorava-se no fluxo migratório de muitos jornalistas para os territórios limítrofes da propaganda e das relações públicas. Produzindo mensagens persuasivas, mimetizam os formatos usuais no jornalismo.

Longe de prever o caos, Angel Benito (1988) percebeu com clareza esse movimento, vislumbrando o “equilíbrio ecológico”. Para evitar a “contaminação” do jornalismo recomendava manter a linha divisória entre a comunicação “democrática” e a “comunicação dominadora”. Situação que pode ser estrategicamente alcançada, como o fez Eugenio Bucci na Radiobrás, com a adoção de um “ecossistema comunicacional” que manteve bem nítida a linha divisória entre informação e propaganda.

Trata-se de situação comparável àquela protagonizada por Samuel Buckley na Inglaterra do início do século XVIII. Reconstituindo o ambiente histórico em que se deu a “invenção” dos gêneros jornalísticos, Olson (1966) explica: a imprensa inglesa buscou seus “caminhos de sobrevivência”, ordenando o espaço jornalístico. Ao separar *news* e *comments*, acabou por instituir os dois gêneros fundantes do jornalismo contemporâneo – *informativo* e *opinitivo*. Mas não se esquece de apontar a origem do gênero



*interpretativo*, tal como veio a ser praticado no jornalismo norte-americano, em meados do século XX, continuando hoje no jornalismo brasileiro, ou seja, como jornalismo educativo.

Esta é a matriz geradora da “cultura jornalística” que se difundiu mundialmente, constituindo os parâmetros para o exercício profissional, de acordo com as peculiaridades das respectivas culturas nacionais.

Embora aplicada cotidianamente pelas redações e reproduzida pelas universidades, a teoria dos gêneros jornalísticos só foi sistematizada por Jacques Kayser (1953; 1963). Esse ilustre professor da Universidade de Paris conquistou justo reconhecimento como “pioneiro no tratamento dos gêneros jornalísticos do ponto de vista acadêmico”.

Igual influência seria exercida por Nixon (1963), contemporâneo de Kayser, cuja percepção das “funções que desempenha o jornalismo” na sociedade oferece o suporte teórico para a classificação dos “gêneros jornalísticos” que se legitimaria academicamente: informativo (vigilância social), opinativo (fórum de idéias), interpretativo (papel educativo) e diversional (entretenimento ou lazer).

### **ITINERÁRIO SINCRÔNICO**

Não obstante sua amplitude global, o jornalismo preserva nítida ancoragem nacional, configurando naturalmente os gêneros jornalísticos de acordo com as respectivas peculiaridades culturais (MARQUES DE MELO, 1985, p. 131) Nosso jornalismo é historicamente caudatário do jornalismo europeu, cultivando os dois gêneros ali vigentes no século XIX, mas já antecipando evidências dos outros gêneros testados em território norte-americano.

Assim sendo, o jornalismo opinativo coexistiu com o jornalismo informativo, competitivamente, durante todo o século XX. Na passagem para o século XXI, aparecem outros gêneros: interpretativo, diversional e utilitário, disputando espaço com os gêneros precedentes.

Esse itinerário transparece com nitidez na seqüência de estudos empíricos a que me venho dedicando, como será exposto logo adiante. Minha principal fonte de referência foi sem dúvida Luiz Beltrão, o pioneiro dos estudos brasileiros sobre gêneros jornalísticos (MARQUES DE MELO, 1985, p. 44).

Minha pesquisa inicial (1966) evidenciou a presença de 3 gêneros jornalísticos



na imprensa diária: informativo (predominante nos jornais regionais), interpretativo (liderando o universo do *Jornal do Brasil*, emergente no *Jornal do Commercio*, do Recife, e residual no *Correio da Paraíba*) e opinativo (ocupando espaço semelhante na superfície impressa do jornal de prestígio nacional e nos diários de âmbito regional).

Apreendi o florescimento do jornalismo diversional, difundindo seus formatos típicos – histórias de interesse humano e histórias coloridas – por meio dos textos enfeixados na coletânea *Jornalismo Diversional* (MARQUES DE MELO, 1971b). Destinada aos meus alunos da ECA-USP, mas circulando também em outras universidades, aquela apostila divulgou as estratégias narrativas dos jornalistas-escritores que ocuparam a vanguarda desse emergente gênero jornalístico: Ernest Hemingway e Truman Capote.

Mostrando-se sensível à reconfiguração dos gêneros jornalísticos, esboçada em pesquisas e publicações do Departamento de Jornalismo da ECA-USP, o professor Mário Erbolato, da PUC de Campinas (SP), reproduziu-a em seu livro-texto sobre as técnicas de codificação em jornalismo, onde define, explica e exemplifica a prática dos gêneros informativo, opinativo, interpretativo e diversional (ERBOLATO, 1978).

Durante os anos 70, fiz poucas incursões empíricas no espaço dos gêneros jornalísticos, em função dos atropelos da minha carreira acadêmica (MARQUES DE MELO, 2009a). Mas as percepções oriundas do meu papel de observador participante, em função da atividade docente, confirmavam a tendência do primeiro estudo.

A trilogia informativo-opinativo-interpretativo ganhou legitimidade no mundo acadêmico, na década de 70, figurando como disciplinas autônomas ou seqüenciadas nas grades curriculares dos cursos de jornalismo de todo o país. Obteve também reconhecimento corporativo, integrada à “cultura jornalística” daquela conjuntura histórica (DINES, 1968).

Quando voltei a me debruçar sobre os gêneros jornalísticos brasileiros, na primeira metade dos anos 80, para elaborar minha tese de livre docência, deparei-me com um panorama insólito, caracterizado pela hegemonia dos gêneros informativo e opinativo (MARQUES DE MELO, 1985).

Além de fazer uma revisão teórica da questão dos gêneros no jornalismo contemporâneo, privilegiei a classificação vigente no Brasil para caracterizar os formatos opinativos. Adotei o critério da legitimidade situacional, resultante da minha observação continuada no último decênio, para conceituar os formatos consagrados pelo



uso consensual nas empresas do ramo.

Os resultados da observação qualitativa, depois de submetidos ao julgamento de um comitê interdisciplinar, passaram pelo teste da avaliação corporativa. Publicados em 1985, sob a forma de livro, encontraram franca receptividade, justificando duas edições revisadas (1994; 2003).

Mas nunca deixei de considerar aquele retrato dos gêneros jornalísticos como espelho de uma conjuntura específica. Longe de considerá-lo como fonte duradoura, sempre alertei para a natureza efêmera da classificação e dos conceitos enunciados.

Naquela conjuntura, procurei enfrentar o referido impasse, testando uma inovação no plano didático. Procurei articular teoria e prática, por meio de uma ponte que aproximou a observação acadêmica do cotidiano profissional. Essa experiência (MARQUES DE MELO, 1992, p. 5-13) teve o jornal *Folha de S. Paulo* como referente.

Os resultados demonstraram que o esquema classificatório oriundo da minha observação na primeira metade dos anos 1980 já não dava conta da dinâmica dos gêneros jornalísticos, evidenciando algumas mudanças: 1) o vulto de matérias focalizando “serviços” não mais cabia no formato “nota” do gênero informativo, sinalizando a emergência do gênero utilitário; 2) a presença de matérias do tipo *enquete* que se desgarravam dos formatos entrevista ou reportagem, denotando o reflorescimento do gênero interpretativo; e 3) o aparecimento significativo de textos conotados pelo humor ou pela ironia que deixavam de perfilar no território pertencente ao gênero opinativo, ensejando o cultivo do gênero diversional.

Certamente motivado pela experiência de que participara, ainda como aluno do doutorado, Manuel Carlos Chaparro quis dedicar aos gêneros jornalísticos sua pesquisa pós-doutoral. E tomou a decisão de fazer uma viagem proustiana (*a la recherche du temps perdue*), empreendendo uma comparação entre o jornalismo português e o jornalismo brasileiro.

O sotaque luso-brasileiro de Manuel Carlos Chaparro sem dúvida facilitou sua aproximação à fortuna jornalística acumulada pela universidade espanhola. Foi natural seu diálogo com Martinez Alberto, Lorenzo Gomis, Josep Maria Casassús e outros teóricos dos gêneros jornalísticos na Espanha europeizada, entre eles Van Dick. Para superar o “equivoco” perpetrado por Buckley, no século XVIII, gerador do que denomina “ilusão da objetividade”, Chaparro revisita a fonte seminal da teoria do jornalismo, encontrando em Peucer a chave da sua classificação para os gêneros



jornalísticos, em sintonia com a “práxis” lusófona. Ao binômio “informação-opinião”, ele contrapõe a alternativa “relato-comentário”.

Se não altera substancialmente a compreensão dos gêneros jornalísticos, sua contribuição adquiriu relevância pela precisão que atribuiu ao conceito de gênero, entendido como categoria abrangente, ou classe, agrupando suas variantes em espécies, o que ajudou a ordenar o universo textual, neutralizando a tendência à fragmentação a que minha geração foi induzida pelos pioneiros no estudo dos gêneros jornalísticos.

Assimilando positivamente a contribuição taxonômica de Chaparro, convencido da sua utilidade metodológica e do seu valor epistemológico, revisei a classificação contida em minha tese de livre docência, adotando o esquema que corresponde funcionalmente às peculiaridades do jornalismo nesta conjuntura de transição milenar. Ou seja, identificando os cinco gêneros consagrados pela cultura jornalística brasileira – informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário –, cujas variantes estilísticas passaram a ser agrupadas em formatos, incorporando a terminologia usual nos estudos midiáticos (MCQUAIL, 1994), e subdivididos em tipos, espécies discursivas que exibem singularidades geoculturais ou traços corporativos.

Essa atualização histórica está devidamente explicitada na entrevista que concedi à revista *Pauta Geral*, n. 5, na edição cujo temático é dedicado aos gêneros.

### **TRILHAS CONVERGENTES**

A década de 90 do século XX simboliza o reingresso do Brasil na sociedade democrática, tutelada pela constituição cidadã, que garante o exercício da liberdade de imprensa em todo o território nacional. Conseqüentemente, a mídia passa a ser valorizada e modernizada, sofrendo alterações substantivas, o que afeta suas formas de expressão (MARQUES DE MELO, 2008).

A necessidade de perceber como se dá essa interação entre mídia e sociedade impulsionou o estudo que promovi, em 1994, contando com a participação de um grupo de estudantes da Universidade Metodista de São Paulo, liderados por Paulo Roberto Botão. Foi uma pesquisa empírica, aplicada numa amostra representativa da imprensa em diferentes regiões, sobre a presença da mídia no espaço jornalístico brasileiro, inclusive os gêneros jornalísticos.

Os resultados confirmaram as evidências de estudos anteriores, reconhecendo a vigência de formatos que correspondem majoritariamente aos gêneros informativo



(nota, notícia, reportagem, entrevista) e utilitário (serviço), e secundariamente aos gêneros opinativo (editorial, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta) e interpretativo (enquete). A tendência dominante nessa cobertura setorial reflete o “tratamento objetivo dado às informações sobre mídia”, referindo-se principalmente aos espetáculos de TV e cinema, “na maioria dos casos sem qualquer reflexão” (MARQUES DE MELO & BOTÃO, 1995).

Estudo mais abrangente, tomando como referência os jornais de prestígio nacional editados no Rio e em São Paulo, comparou uma amostra representativa dos jornais diários nas regiões administrativas do Estado de São Paulo. Também foram confirmadas as tendências acima referidas, assinalando a presença hegemônica do gênero informativo nos dois segmentos analisados e notando, em escala decrescente, a participação dos gêneros opinativo, utilitário e interpretativo (MARQUES DE MELO & QUEIROZ, 1998).

O mesmo resultado foi obtido numa pesquisa sobre a cobertura de ciência e tecnologia na imprensa nacional, realizada pelo Laboratório de Jornalismo da UNICAMP, no ano 2000. “A informação científica esteve configurada na mídia impressa segundo o padrão do gênero informativo”, privilegiando os formatos notícia, reportagem e entrevista. “No âmbito minoritário do gênero opinativo”, os formatos mais difundidos são o comentário e o artigo (VOGT & MARQUES DE MELO, 2003, p. 134).

Na verdade, o comportamento dos gêneros não se altera significativamente, como tem sido demonstrado. Isso também ficou patente em outra pesquisa, quando comparados no contexto dos veículos impressos de maior tiragem nacional – o jornal diário *Folha de S. Paulo* (semana de 20 a 26/10/1997) e a revista semanal *Veja* (período compreendido entre 15/10 a 5/11/1997). Foram observadas as incidências dos cinco gêneros jornalísticos anteriormente identificados.

Tanto o jornal diário quanto a revista semanal refletem o padrão convencional de jornalismo, privilegiando os gêneros clássicos – informativo e opinativo – e valorizando fortemente o gênero utilitário, com certa presença do gênero interpretativo e a quase ausência do gênero diversional.

Se algum detalhe chamou atenção nessa pesquisa foi a estratégia diferenciada de tratamento temporal dado às unidades pertencentes ao gênero informativo. Preservando o mesmo estilo da enunciação, observa-se, contudo, a variação de intensidade



informativa. Enquanto o jornal diário, fiel ao compromisso com a atualidade e a oportunidade, dá ênfase às *hot news*, procurando espelhar o cotidiano de modo impessoal, beneficiada pelo ritmo cadenciado da periodicidade, a revista semanal difunde maior quantidade de *cold news*, oferecendo nuances típicas de um certo jornalismo autoral (MARQUES DE MELO et al, 1998). Durante o processo de análise dos formatos peculiares ao gênero informativo, dúvidas de classificação surgiram a propósito das notícias mais conotadas pelo tom autoral. Suscitando a impressão de formatos típicos dos gêneros interpretativo ou diversional, a ambigüidade foi afinal descartada pelo arbítrio consensual da equipe de pesquisadores.

Esse conjunto de observações empíricas realizadas durante os anos 90 reafirmou a tese de que o jornalismo brasileiro permanece polarizado entre os gêneros informativo e opinativo. Mas suas tendências residuais evidenciaram o aparecimento de outros gêneros. Seja de forma episódica, como o gênero diversional ou de entretenimento. Seja de modo intermitente, como o gênero interpretativo ou explicativo. Seja ainda em ritmo crescente, como o gênero utilitário ou de serviço.

A velocidade com que se deu a ascensão do jornalismo utilitário no panorama do jornalismo brasileiro despertou o interesse de novos pesquisadores pela observação crítica dos formatos que lhe correspondem em espaços diferenciados. Aliás, essa tendência fora notada precocemente por Luiz Beltrão (2006), que listou, explicando sumariamente, em seu manual de teoria e prática do jornalismo, os serviços demandados pelos leitores, cuja inclusão começava a ser feita pelos jornais dos anos 60. Essa questão motivou alguns dos meus alunos de pós-graduação, que a ela dedicaram suas teses de mestrado ou doutorado.

Jacqueline Rios dos Santos (1994; 1996), por exemplo, explorou o entorno de uma revista mensal que focaliza o universo da mulher, causando grande impacto no contingente feminino brasileiro. Recorrendo à técnica da observação participante, a pesquisadora internou-se, durante um semestre, na redação da revista *Claudia*, estudando a produção de uma edição, desde a fase do planejamento até a de avaliação dos resultados. Sua conclusão reforça a valorização do jornalismo utilitário, utilizando dois argumentos gerados pela pesquisa empírica: 1) investigando a qualidade dos produtos em circulação no mercado, a revista difunde insumos capazes de ensinar adaptações à “realidade espacial e financeira das leitoras; 2) as leitoras agem com independência, recusando-se a funcionar como correias de transmissão dos fabricantes



de produtos anunciados, para cobrar criteriosa apuração da qualidade e custo dos produtos noticiados, agindo, portanto, como cidadãs e não simples consumidoras.

A mais recente incursão pelo território do jornalismo utilitário foi realizada por Tyciane Viana Vaz (2009), que analisou esse gênero na imprensa, através de estudos de caso do jornal *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja*. Além de examinar diacronicamente o tratamento dado pelos dois periódicos aos serviços demandados pelos leitores, a pesquisadora focalizou de maneira sincrônica os formatos e tipos das mensagens que preenchem as necessidades de consumo e ajudam a tomar decisões na vida cotidiana. Oferece, desta maneira, suporte metodológico para a reprodução dessa modalidade de pesquisa em outros veículos e em outras situações existenciais.

Aliás, Ana Carolina Temer (2001) já empreendera instigante reflexão dedutiva sobre a natureza do jornalismo de serviço, quando fez observação participante do processo de produção e difusão dos telejornais da *Rede Globo de Televisão*, na central de jornalismo instalada em São Paulo. A pesquisadora sugere, em sua conclusão, que o telejornalismo daquela rede nacional tem um viés pragmaticamente utilitário, privilegiando fatos que podem emular os telespectadores para desfrutar “melhores condições de vida”.

Entretanto, a contribuição mais importante ensejada por Temer (2001) diz respeito à macro-estrutura dos gêneros no telejornalismo daquela rede nacional. Ela testou a classificação dos gêneros jornalísticos construída a partir do jornal impresso, encontrando plena adequação ao telejornal. Sua pesquisa contemplou uma amostra de 10 telejornais, em média, no final de julho / começo de agosto do ano 2000, compreendendo a seqüência diária dos jornais mantidos pela emissora – “Bom Dia Brasil”, “Jornal Hoje”, “Jornal Nacional” e “Jornal da Globo”.

Analisando comparativamente o perfil de cada telejornal, a autora anota convergências e contrastes entre eles. O jornal da manhã, apesar da hegemonia do gênero informativo (reportagem, notas), valoriza as matérias opinativas, particularmente a coluna (Boechat), a crônica (Jabor) e o comentário (sem titular fixo). O jornal do meio-dia é exclusivamente informativo, inserindo muitas reportagens, algumas notas e poucos boletins. O jornal da noite também privilegia as matérias informativas, excepcionalmente entrecortadas pelo comentário esportivo de Galvão Bueno e pela crônica política de Arnaldo Jabor. Não é muito diferente a estrutura do jornal da meia noite, pontilhado por reportagens, mas abrigando escassos comentários (economia,



política, esportes).

As tendências observadas por Temer, no ano 2000, confirmaram os resultados da pesquisa feita por Rezende, em 1997, focalizando os telejornais noturnos transmitidos por três redes nacionais (*Globo*, *SBT* e *Cultura*) no horário nobre. Partindo do “arcabouço teórico dos gêneros jornalísticos nos meios impressos”, o pesquisador “investigou a pertinência e utilidade dos gêneros no sistema produtivo audiovisual”, validando a “definição dos gêneros e dos formatos” apontados por Marques de Melo (1985). Identificando nos telejornais somente matérias informativas ou opinativas, ele formulou a hipótese de que os gêneros interpretativo e diversional, ausentes dos telejornais, são encontrados “em outras modalidades de programas jornalísticos de TV, tais como os documentários (“Globo Repórter”) e nas revistas televisivas (*Fantástico*)” (REZENDE, 2000, p. 146-156).

Igual exploração dos gêneros jornalísticos foi empreendida no rádio pelo meu aluno de mestrado, Nivaldo Marangoni (1998), que pesquisou a experiência pioneira da rádio *CBN* (*Central Brasileira de Notícias*) mantendo no ar programação ininterrupta de jornalismo. Apesar de haver reduzido sua observação a um dia de programação da emissora, o pesquisador defrontou-se com grande volume de dados primários, o que acabou por limitar sua descrição dos gêneros identificados – informativo (nota, notícia, reportagem) e opinativo (comentário) –, além de unidades dispersas que ele classificou como “programetes”, na verdade prenunciando a emergência do gênero utilitário – serviço público.

Sua principal fonte de referência para a análise do radiojornalismo foi a dissertação de mestrado defendida por André Barbosa Filho, na Universidade Metodista de São Paulo, publicada sob a forma de livro (BARBOSA FILHO, 2003), resultante de uma cuidadosa revisão de literatura, sob a ótica da experiência que ele acumulou como profissional da área durante vários anos. O que torna vulnerável sua classificação é o critério adotado de reduzir o jornalismo a um gênero radiofônico, tomando o suporte como fator determinante.

Essa é a mesma limitação do estudo de José Carlos Aronchi de Souza (2004) sobre os gêneros televisivos, cuja natureza desbravadora é muito evidente, ancorada na taxonomia corrente em emissoras e agências produtoras.

Tanto a classificação e identificação dos gêneros jornalísticos no rádio quanto na televisão, empreendidas por Aronchi de Souza, Barbosa Filho, Marangoni, Rezende e



Temer, estão a demandar novas aproximações, para melhor discernir se a práxis cotidiana confere legitimidade à transposição das categorias enraizadas na imprensa para os veículos sonoros ou audiovisuais.

No caso do radiojornalismo, Janine Marques Passini Lucht (2009) pesquisou os gêneros cultivados pela Rádio Eldorado de São Paulo. Mapeando os gêneros jornalísticos que caracterizam a programação de uma emissora segmentada em jornalismo, destinada a uma audiência seletiva, ela encontrou a predominância do gênero informativo (68%), secundado pelos gêneros utilitário (18,1%) e opinativo (10,7%). Residualmente, aparecem o gênero interpretativo (1,8%) e diversional (0,4%). Dentre os formatos informativos, figuram, destacadamente, a manchete (36%) e a notícia (31%), acompanhados de perto pelo boletim (12%), pelo flash (10%) e pela reportagem (7%), distantes da nota (1,33%) e da entrevista (1,33%). Dente os opinativos, o formato mais usual é específico do radiojornalismo, que a pesquisadora registrou como “participação do ouvinte” (49%), complementado pela crônica (4%). Não houve incidências dos formatos originalmente cogitados pela autora, ou seja, testemunhal, debate, painel, charge eletrônica, rádio-conselho. O único formato interpretativo que aparece é a enquête (2%), verificando-se ausência total do gênero diversional. No que diz respeito ao gênero utilitário, dois formatos são inovadores: trânsito (56%) e tempo (22%), figurando em patamar superior ao reservado aos formatos convencionais: cotação, roteiro e serviço. Estão ausentes necrologia e indicador.

Completam este inventário dos caminhos percorridos no Brasil pelos estudiosos dos gêneros jornalísticos, as tendências regionais percebidas por Lailton Alves da Costa (2008) e Virginia Salomão (2009) e as evidências nacionais constatadas por Marques de Melo (2006; 2008), verificando quais os gêneros jornalísticos vigentes em jornais de prestígio nacional.

A primeira pesquisa, com finalidade didática, dissecou toda a edição da *Folha de S. Paulo* do dia 23 de março de 2005, uma segunda feira, aleatoriamente escolhida. Seguindo o roteiro estabelecido para a identificação dos gêneros jornalísticos, atualizado periodicamente para assimilar as mudanças correntes, as matérias daquela edição foram recortadas e organizadas em pastas apropriadas. Ao final do retalhamento do corpus, uma surpresa animou o pesquisador: a evidência de que havia matérias em todos os gêneros, exemplificando todos os formatos e até mesmo alguns tipos.



Confirmada a predominância do gênero informativo, secundado pelos gêneros opinativo e utilitário, logo acompanhado pelo gênero interpretativo, figurando escassamente o gênero diversional (MARQUES DE MELO, 2006b).

A segunda pesquisa focaliza a natureza do jornalismo praticado nos cadernos de variedades de quatro jornais paulistanos, identificando os gêneros e formatos vigentes, bem como a autoria dos textos, sua geografia política e a cartografia cultural. O período analisado corresponde à última semana (dias 26, 28 e 30) de novembro de 2007.

Tal exercício de observação revela um quadro conservador. O jornalismo cultural permanece circunscrito aos dois gêneros clássicos: informativo e opinativo, com pequenas variações que conferem mais legitimidade ao gênero utilitário, figurando minoritariamente os gêneros interpretativo e diversional.

O gênero informativo aparece de corpo inteiro, representado por todos os seus formatos: nota, notícia, reportagem e entrevista. O gênero opinativo flui através de cinco formatos convencionais: a resenha, a coluna, o comentário, a caricatura e a crônica. Estão ausentes da amostra pesquisada: o editorial, o artigo e a carta. Somente um formato do gênero interpretativo figura nos cadernos de cultura dos jornais paulistanos: o dossiê. Os demais – análise, perfil, enquete e cronologia – deixaram de ser cultivados no período. Apesar da diminuta incidência, o gênero diversional começa a ser valorizado, tanto a história de interesse humano quanto a história colorida. O gênero utilitário ganha fôlego na mídia impressa de São Paulo, ocupando o terceiro lugar no âmbito espacial e compreendendo quatro formatos bem definidos: indicador, cotação, roteiro e serviço (MARQUES DE MELO, 2009b).

Costa (2008) fez exaustiva peregrinação pelos gêneros jornalísticos nas principais regiões brasileiras, estudando o comportamento editorial do diário de maior circulação em cada uma das cinco macro-regiões do país. A análise dos dados revelou que predominam os gêneros informativo e opinativo, cabendo ao utilitário papel coadjuvante, sendo irrelevante a presença do gênero interpretativo e completamente ausente o gênero diversional.

A contribuição oferecida pelo pesquisador é a localização de formatos ainda não catalogados: chamada, análise, memória, história de viagem, obituário, infográfico, texto-legenda, citação (frases), errata. Trata-se de observação oportuna, suscitando a reclassificação adotada. Enquanto a chamada, o texto-legenda e a errata podem ser incluídos no gênero informativo; a análise e a memória cabem no figurino do gênero



interpretativo. Por sua vez, a citação (frases) enquadra-se no formato coluna do gênero opinativo. Finalmente, a história de viagem tem todas as características do gênero diversional.

### **PISTAS EMERGENTES**

De “passatempo anacrônico” como era considerado nos idos de 80, do século passado (MARQUES DE MELO, 1985, p. 81), o estudo dos gêneros jornalísticos irrompeu com força na passagem para o século XXI, suscitando particularmente o interesse dos cientistas da linguagem (lingüistas, semiólogos, professores de literatura).

A explicação para essa brusca mudança de atitude está contida na plataforma do MEC que divulga os “Parâmetros Curriculares Nacionais” (1998), incluindo os gêneros jornalísticos – a notícia, a reportagem, a entrevista, a caricatura e até mesmo a carta do leitor – no conjunto de trabalhos que os docentes do segundo grau devem desenvolver com seus alunos em sala de aula. “Essa exigência motivou pesquisadores a encetarem investigações visando identificar tais gêneros e constituir metodologias de aprendizagem por alunos e professores [...], adotando como referencial a abordagem sócio-teórica [...] da área de ciências da linguagem” (COSTA, 2008, p. 46) Tais autores passaram a contestar a abordagem holística e contextual vigente nos estudos jornalísticos, optando por análises textuais, que isolam as mensagens focalizadas, retirando-as da ecologia comunicacional.

Liderados por Adair Bonini, esses pesquisadores formam uma rede nacional, da qual participam Spannenberg (2004), Pinheiro (2002), Meurer (2002), Barros (2002), além de vários outros.

Na tentativa de compreender o modo com que os pesquisadores de comunicação se relacionam com a questão dos gêneros, Bonini (2003) fez uma criteriosa revisão de literatura, cuja intenção é familiarizar os professores da área de linguagem com a perspectiva corrente na corporação jornalística sobre os gêneros referidos nos Parâmetros Curriculares do MEC.

Seu inventário incluiu textos didáticos, obras teóricas, manuais de redação e dicionários especializados, ensejando duas conclusões: 1) a literatura revisada “oferece uma rica quantidade de rótulos relativos aos gêneros e às atividades com gêneros”; 2) essa literatura “trabalha com um conceito de gênero já ultrapassado em outros campos do debate acadêmico”.



A crítica de Bonini contém observações pertinentes; a) “sabe-se muito pouco sobre quais são e como são esses gêneros”; b) “a noção de gênero não aparece muito clara” na literatura jornalística; c) “os manuais de ensino de jornalismo [...] pouco podem nos informar sobre os vários gêneros que compõem o jornal”.

Mas inclui equívocos ou incompreensões do tipo: a) confundir o suporte (jornal) com o território habitado pelo gênero (mensagem), atribuindo-lhe o status de “hipergênero”; b) os autores da área “partem da concepção de que os gêneros são fixos (e não dinâmicos), não relatando suas dificuldades na identificação desses gêneros no jornal”; ou c) os textos acadêmicos “não aplicam o conceito de gênero do modo como vem sendo concebido nos círculos acadêmicos nacionais e internacionais que tratam do assunto”.

De qualquer maneira, são indicadores suficientes para justificar o maior diálogo dos pesquisadores do jornalismo com os seus pares de outras áreas do conhecimento que se interessam pelo estudo dos fenômenos típicos da nossa disciplina. Da mesma maneira, constituem advertências geradoras de oportunidades para estreitar os laços com os usuários dos produtos jornalísticos, fortalecendo a cidadania.

Pesquisadores oriundos de campos contíguos, como as ciências da linguagem, tem se aventurado a percorrer o território jornalístico, em busca de conhecimento aplicável ou informação enriquecedora da sua bagagem cognitiva. Este é o caso de Kauffmann (2005), que dedicou sua dissertação de mestrado à elucidação das variações lingüísticas existentes no jornal diário. Seu corpus foi constituído pelas edições da *Folha de S.Paulo* publicadas no ano de 2003, aleatoriamente selecionadas. Sua principal conclusão é a seguinte: “as dimensões resultantes reforçam a tese de Marques de Melo, síntese de uma leitura profunda da literatura, de que existe nos gêneros uma cisão básica entre opinião e informação”.

Não obstante vinculada ao campo do jornalismo, mas animada pelas veredas abertas pelas ciências da linguagem, para compreender a configuração dos gêneros jornalísticos no cenário da sociedade digital, a pesquisadora baiana Lia Seixas (2008) dedicou sua tese de doutorado a este objeto. Mais do que isso, instituiu um fórum de debates sobre a temática dos gêneros jornalísticos na internet, mobilizando jornalistas, lingüistas e outros interessados.

Descontente com os “critérios de definição dos gêneros jornalísticos”, ela se propõe a fazer “uma outra classificação”. Depois de uma revisão cuidadosa da literatura



e da crítica dos seus postulados teóricos, Seixas propõe como critério fundante da nova classificação a desterritorialização do jornalismo no campo midiático (SEIXAS, 2008, p. 293).

A inquietação de Lia Seixas e de outros pesquisadores ecoou suficientemente na academia, justificando a criação de um fórum permanente sobre a “ponta do iceberg” representada pelos gêneros na crise enfrentada pelo jornalismo no advento da sociedade digital.

Ao propor à INTERCOM a criação de um Grupo de Pesquisa, que deverá funcionar como rede nacional, preocupava-me o fascínio exercido pela mídia digital, particularmente a internet, sobre a nova geração de jornalistas.

O Grupo de Pesquisa em Gêneros Jornalísticos instituído pela INTERCOM instala-se neste XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, na cidade de Curitiba, em setembro de 2009, ambicionando alcançar as seguintes metas:

- 1) Revisar criticamente o conhecimento acumulado sobre gêneros jornalísticos, elaborando relatos periódicos sobre o “estado da arte”.
- 2) Observar sistematicamente a natureza dos gêneros jornalísticos cultivados pela mídia brasileira, disseminando estudos que possam suscitar o diálogo com os seus produtores e usuários.
- 3) Elaborar material didático sobre gêneros jornalísticos para uso nas universidades e escolas de segundo grau de todo o país.
- 4) Manter permanente diálogo com os membros da comunidade acadêmica mundial que se dedicam ao estudo desse objeto.

## REFERÊNCIAS

AMOROSO LIMA, Alceu. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

BAKHTIN, Mikail. **Speech Genres and other essays**. Austin: UT Press, 1986.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.



BARROS, Nina Célia de. Estratégias de ataque à face em gêneros jornalísticos, In: MEURER, José Luiz; ROTH, D. Motta. (Orgs.). **Gêneros textuais**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 199-214.

BECELLONI, Giovanni. **Giornalismo o postgiornalismo?** Nápoles: Liguori, 1995.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

\_\_\_\_\_. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Methodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.

BENITO, Angel. Las diferentes perspectivas de la comunicación. **Cuenta y Razón**, Madrid, n. 34, p. 29-34, 1988.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.

BUCCI, Eugenio. **Em Brasília, 19 horas**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.

COSTA, Lailton Alves da. **Teoria e prática dos gêneros jornalísticos**: estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

DINES, Alberto. Educação e comunicação, **Cadernos de Jornalismo**, Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, n. 10, p.4-6 e 52-58, 1968.

\_\_\_\_\_. **O papel do jornal**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DOVIFAT, Emil. **Periodismo**. v. 1 e 2. Cidade do México: Uthea, 1959.

ERBOLATO, Mario. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERNADEZ, Jorge (Org.). **Dos semanas en la prensa de América Latina**. Quito: Ciespal, 1967.

HACHTEN, William. **The troubles of journalism**. Manhaw: Lawrence Erlbawn, 1998.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KAUFFMANN, Carlos Henrique. **O corpus do jornal**: variação lingüística, gêneros e dimensões da imprensa diária escrita. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.



KAYSER, Jacques. **Une semaine dans le monde**. Paris: Unesco, 1953.

\_\_\_\_\_. **La prensa diária y la comunidad europea**. Quito: Ciespal, 1963.

\_\_\_\_\_. **El periódico, estúdios de morfologia, de metodologia y de prensa comparada**. Quito: Ciespal, 1964.

\_\_\_\_\_. **El diário francés**. Barcelona: A.T.E., 1979.

LUCHT, Janine Marques P. **Gêneros radiojornalísticos**: análise da Rádio Eldorado de São Paulo. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

MACHADO, Irene. Por que se ocupar dos gêneros? **Revista Symposium**: publicação da Universidade Católica de Pernambuco, Recife, ano 5, n. 1, p. 5-13, jan./jun. 2001.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **A miséria do jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARANGONI, Nivaldo. **Programação jornalística vinte e quatro horas por dia**: o pioneirismo da CBN – Central Brasileira de Notícias. 1998. 135 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.

MARQUES DE MELO, José. **Vestígios da travessia**: da imprensa à internet. 50 anos de jornalismo. São Paulo: Paulus, Maceió: Edufal, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo e cidadania**. Maceió, CESMAC, 2006b. (Roteiro de aulas).

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

\_\_\_\_\_. et al. Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal “Folha de S. Paulo” e da revista “Veja”. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 21., 1998, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Intercom, 1998.

\_\_\_\_\_. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de S.Paulo**. São Paulo: FTD, 1992.

\_\_\_\_\_. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.



- \_\_\_\_\_. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972a.
- \_\_\_\_\_. (Ed.). **Reflexões sobre temas de comunicação**. São Paulo: ECA-USP, 1972b.
- \_\_\_\_\_. **Comunicação social: teoria e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1971a.
- \_\_\_\_\_. (Ed.). **Jornalismo diversional**. São Paulo: ECA-USP, 1971b.
- MARQUES DE MELO, José; BOTÃO, Paulo Roberto (Orgs.). **Quando a mídia é notícia**. Aracaju: Intercom, 1995. (GT 8 – Jornalismo – do XVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação).
- MARQUES DE MELO, José; QUEIROZ, Adolpho (Coords.). **Identidade da imprensa brasileira no final do século: das estratégias comunicacionais aos enraizamentos e às ancoragens culturais**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 1998.
- Martinez Albertos, José Luiz. **El zumbido del moscardón**. Sevilla: Comunicación Social, 2006.
- \_\_\_\_\_. **El ocaso del periodismo**. Barcelona: CIMS, 1997.
- \_\_\_\_\_. La comunicación periodística ante el reto electrónico. **Cuenta y Razón**, Madrid, n. 34, p. 59-64, 1988.
- MCQUAIL, Denis. Genres and methods of analysis. In: **Mass Communication Theory**. 3. ed. London: Sage, 1994. p. 263-280.
- MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Edição dos autores, 1973.
- MEURER, Clio Elizabeth de Carvalho. “No creo en brujas, pero que las hay, las hay”: uma análise de cartas-corrente via e-mail. In: MEURER, José Luiz; ROTH, D. Motta. (Orgs.). **Gêneros textuais**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 291-310.
- NAVA, Rosa Maria Ferreira Dales. **Saber para continuar: a história do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil e a implantação pioneira do jornalismo interpretativo no país**. 1996. 132 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1996.
- OLSON, Kenneth. **The history makers**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1966.
- PARRAT, Sonia Fernandez. **Géneros periodísticos en prensa**. Quito: Ciespal, 2008.
- PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, José Luiz; ROTH, D. Motta. (Orgs.). **Gêneros textuais**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 259-290.



REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

RIOS DOS SANTOS, Jacqueline. **Minha amiga Claudia: história, gêneros jornalísticos e produção de uma revista feminina**. 1996. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1996.

\_\_\_\_\_. Análise de morfologia e conteúdo da revista Claudia dos anos 80. In: MARQUES DE MELO, José. **Transformações do jornalismo brasileiro: ética e técnica**. São Paulo: Intercom, 1994. p. 119-132.

SALOMÃO, Virgínia. **Identidades regionais em revista: um estudo comparado de revistas das regiões brasileiras**. 2009. 353 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

SEIXAS, Lia. **Por uma outra classificação: uma proposição de critérios de definição de gêneros jornalísticos por impressos e digitais**. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: SENAC, 2000.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto. **A construção do leitor no jornal impresso: Estratégias de construção da recepção dos gêneros artigo opinativo e reportagem nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SUARÉE, Octavio de La. **Socioperiodismo**. Habana: Cultural S. A., 1948.

TEIXEIRA, Tatiana O desafio do estudo dos gêneros (entrevista). **Pauta Geral**, Salvador, n. 5, p. 11-22, 2003.

TEMER, Ana Carolina Pessôa. **Notícias e serviços: um estudo sobre o conteúdo dos telejornais da Rede Globo**. 2001. 339 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2001.

VOGT, Carlos; MARQUES DE MELO, José. et al. C&T na mídia brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo (Ed.). **Produção e circulação do conhecimento**. Campinas: Pontes, 2003. p. 135-180.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.